

A profissão do intérprete de língua de sinais foi regulamentada recentemente em nosso país, com a lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. A partir desta lei é que esses profissionais estão sendo amparados por questões legais, pois até então, eles estavam atuando em diferentes contextos sem terem a sua profissão regulamentada. Cada espaço de atuação exige uma estratégia diferente para a atuação do intérprete, neste trabalho, o interesse é a atuação do intérprete na educação - em que ele é denominado como intérprete educacional (IE). Esse profissional deve ser entendido como aquele que não ocupará o lugar do professor, já que o seu papel principal é intermediar a comunicação entre o aluno surdo e a comunidade escolar. Este recorte de pesquisa se originou de uma pesquisa maior intitulada *Os intérpretes de Língua de Brasileira de Sinais (LIBRAS) no Rio Grande do Sul*, realizada pelo Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Educação de Surdos (GIPES/CNPq). O objetivo deste trabalho é problematizar o conceito de intérprete educacional a partir de situações observadas nos materiais da pesquisa maior. Para desenvolver essa problematização, foram utilizadas nove filmagens realizadas com IE atuando em escolas de cinco cidades de diferentes regiões do RS, bem como foram utilizados os registros do diário de campo da pesquisa, com observações sobre as aulas filmadas. A partir dessas filmagens foi possível constatar que apenas quatro dos nove IE filmados mantinham seu foco de atuação na interpretação; cinco dos IE analisados sentiram dificuldade em manter a sua posição de IE em todo o tempo em que a aula era ministrada; dentre esses cinco, dois atuavam como professores do aluno; outros dois se preocuparam em tutelar o aluno surdo; e um deles demonstra não saber como se posicionar em sala de aula. Ao refletir sobre o conceito de intérprete educacional e ao se fundamentar em algumas leituras dentro dos estudos surdos, com autores que se preocupam com o IE, entre eles Lacerda (2009), foi possível perceber que apenas quatro casos analisados nesse recorte, se posicionam com coerência ao conceito de IE. Ao mesmo tempo em que esse conceito está firmado, é necessário questioná-lo perante as diferentes situações encontradas na inclusão escolar de surdos. A desejável neutralidade requerida ao intérprete educacional torna-se um desafio para esse profissional que permeia pelo processo de aprendizagem do aluno surdo. Repensar as estratégias de atuação desse profissional, a fim de valorizá-lo, é um requisito importante na área da educação, pois essas estratégias exigem que o seu papel fique definido de forma clara e coerente, bem como é necessário repensar esses conceitos na literatura acadêmica, na formação do intérprete e na escola, para haja embasamentos que sirvam de balizas para esse contexto de atuação.